

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.983 - SP (2019/0027210-9)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : UNIMED REGIONAL DA BAIXA MOGIANA**  
**COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADOS : JEBER JUABRE JUNIOR - SP122143**  
**JOÃO PAULO JUNQUEIRA E SILVA - SP136837**  
**JUCILENE SANTOS - SP362531**  
**EMBARGADO : PRISCILA VOMERO MANARA BATISTA**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ALVES BATISTA NETO - SP111165**  
**CAIO FERNANDO BATISTA - SP319611**

## EMENTA

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO AO PATAMAR DOS DANOS MORAIS A SEREM COMPENSADOS. OCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO PARA SUPRIR A OMISSÃO. NECESSIDADE. RESTABELECIMENTO DO VALOR FIXADO NA SENTENÇA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS.*

## DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por UNIMED REGIONAL DA BAIXA MOGIANA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO contra decisão monocrática assim ementada:

*"RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. TRATAMENTO. DANOS MORAIS. INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA. CABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO." (e-STJ fl. 252).*

Em suas razões, a Cooperativa embargante aponta omissão ao sustento de que:

*"A respeitável decisão acolhe o pleito de danos morais, contudo, não informar o valor da condenação. Certo que o valor pedido, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), é totalmente desproporcional a negativa de um exame que tem um custo de R\$ 300,00 (trezentos reais), desproporcional e fora de qualquer razoabilidade. Nesse sentido, requer seja sanado a omissão com a declaração do valor a ser pago a Embarga a título de danos morais."*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(e-STJ 1.047).

Assim, requer que a omissão seja suprida.

Não houve impugnação aos embargos (cf. e-STJ fl. 274).

É o relatório.

Passo a decidir.

Os embargos declaratórios merecem acolhida.

Com efeito, constato a ocorrência da omissão alegada.

Nesse contexto, diante do provimento do recurso especial - com a reforma do acórdão recorrido para reconhecer a ocorrência de danos morais na espécie, haja vista a recusa indevida de cobertura por parte da operadora de plano de saúde a tratamento ao qual a parte beneficiária estava contratualmente submetida -, restabeleço o patamar compensatório fixado na sentença, "no valor de R\$ 3.000,00, atualizados monetariamente, nos termos da tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça desde a data dessa sentença, e, acrescidos de juros moratórios estabelecidos em 1% (um por cento), ao mês, desde a citação" (e-STJ fl. 140).

**Ante o exposto, acolho os embargos de declaração nos termos da fundamentação.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**